

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CENÁRIO BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE O LETRAMENTO DOCENTE

Sandra Maria Araújo Dias; Agápito Pereira Tôrres Neto; Aníbal de S. Mascarenhas-Filho

Universidade Federal Rural do Semi-árido, sandra.dias@ufersa.edu.br; Universidade Federal Rural do Semiárido, agpto7@gmail.com; Universidade Federal Rural do Semiárido, anibalmascarenhas@ufersa.edu.br.

Resumo: No contexto brasileiro, a formação de professores tem sido objeto de estudos de pesquisas em diversas áreas de conhecimento. Esses estudos demonstram que conceitos como letramento(s) e multiletramentos tem ganhado espaço. No entanto, verificou-se que os estudos sobre letramento docente são desenvolvidos, em sua maioria, em uma determinada área. Assim, o presente trabalho teve como objetivo investigar a produção existente de pesquisas sobre letramento docente no Brasil. Este estudo fornece um mapeamento das ideias já existentes sobre a temática, dando-nos segurança sobre fontes de estudo, apontando subtemas passíveis de maior exploração ou, até mesmo, fazendo-nos compreender silêncios significativos a respeito do tema de estudo (MOROSINI, 2015). Tendo em vista que esse portal é uma das maiores bases de publicações científicas no Brasil, que, inclusive, indexa várias outras bases, realizamos um mapeamento das referidas produções no portal de periódico da CAPES, sem restrição de tipo e data de publicação. Os resultados indicam que o número de investigações sobre o letramento docente é reduzido no contexto brasileiro, o que sinaliza para necessidade de investigações sobre a temática e seu impacto na formação docente. Mais especificamente, obtivemos como resultado dois artigos publicados em revistas brasileiras, um em 2010 e outro em 2012, o que demonstra que a discussão da temática é recente. No entanto, o termo *teacher literacy* (letramento docente, em inglês) aparece em 316 resultados de publicações variadas que datam de 1983 a 2016, ou seja, em um intervalo de 33 anos. Apesar da repetição de pesquisas, há uma disparidade no quantitativo de publicações sobre o tema nos dois idiomas (português e inglês).

Palavras-chave: formação, letramento docente, periódico CAPES.

Considerações iniciais

No Brasil, o termo letramento integra há pouco tempo o discurso de especialistas das áreas de Educação e de Linguística. Na segunda metade do século passado, mais precisamente em 1986, foi que o termo letramento surgiu no cenário da educação brasileira (KLEIMAN, 1995; 2000b). Nas duas últimas décadas do século passado, a forma de pensar sobre a leitura e a escrita vem se transformando consideravelmente. Muitos estudiosos têm mudado suas visões no que se refere à linguagem, e ela passa a ser vista como um processo dinâmico em contextos significativos da atividade social em todos os seus aspectos, sejam eles: familiares, profissionais, religiosos, comunitários, entre outros.

Assim, entende-se que o professor não aprende apenas pelo que tem de individual, mas, certamente, pelo contexto que o cerca, incluindo significados e usos produzidos em suas redes de relações com o outro. Percebe-se, desta maneira, que há necessidade de implementação do processo formativo, na perspectiva de (re)estabelecer a relação teoria-prática no processo ensino-aprendizagem da leitura e da escrita (SOARES, 2000b). Para tal fim, é preciso assumir uma política na qual a meta seja o professor reflexivo e crítico, transformador do espaço escolar em ambiente de ensino e pesquisa e percebedor dos letramentos que envolvem a sua prática. Nessa concepção, a formação docente, através do(s) letramento(s), será o caminho apropriado para essa prática.

Este estudo foi pensado com o intuito de analisar a produção existente na literatura acerca do letramento docente, destacando elementos para o mapeamento dos estudos sobre o tema. Para isso, apresentaremos algumas reflexões teóricas e as discussões em relação a sua origem, o seu processo histórico e suas principais características. Partimos do princípio de que o presente trabalho pode ser considerado relevante na medida em que nos propusemos a refletir sobre o fenômeno letramento e formação de professores considerados, ainda, por muitos educadores e educandos, como uma dimensão teórica e metodológica distante de sua prática pedagógica.

Organizamos este trabalho dividido em duas seções. Na primeira, abordamos a origem e desdobramentos do termo letramento, como também, alguns aspectos da formação de professores e, especificamente, do letramento docente no cenário nacional desde sua origem até atualidade e, ainda, destacamos a relevância desses temas para a educação brasileira. Logo em seguida, expomos um levantamento sobre a produção acadêmica em relação ao letramento docente no Brasil, por meio da busca e investigação dos artigos publicados no portal de periódicos da Capes.

Do letramento ao letramento docente: pesquisas no contexto brasileiro

Esta seção está organizada em três subseções: na primeira, discutimos questões referentes ao conceito de letramento e suas implicações para o ensino de línguas. Na segunda subseção, apresentamos alguns documentos oficiais que regulamentam a educação, com ênfase na formação de professores. Na terceira, discorremos sobre o letramento docente e sua relação com a formação profissional.

De acordo com Soares (1998), a denominação letramento é uma versão, em português, da palavra inglesa “literacy”. Palavra essa que quer dizer “pessoa educada”, especialmente capaz de ler e escrever. Assim, na concepção acima esboçada, pode-se entender que a referida autora parte do

pressuposto de que existe uma ligação entre alfabetização e letramento. Percebe-se também, através da definição de outros autores, que durante muito tempo foi feita essa associação.

Ainda segundo Kleiman (1995) e Soares (2000b), o termo letramento surgiu no discurso dos especialistas nas áreas de Educação e de Ciências da Linguagem na segunda metade dos anos 80, e uma das primeiras ocorrências está na obra de Kato (1986), em que a autora afirma “[...] a chamada norma-padrão, ou língua falada culta é consequência do letramento, motivo por que indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita”. Ser letrado não se trata apenas de saber ler e escrever, pois a missão do professor é a de orientar o aluno na aquisição da flexibilidade linguística necessária ao desempenho adequado que lhe será exigido em sociedade. Analisar diferentes textos e compará-los, pesquisar os porquês das diferenças, construir regras sobre o uso da língua e, a partir das descobertas, reescrever textos são práticas que produzem excelentes resultados na formação linguística do aluno. Desta forma, entende-se que o processo de letramento vai além do processo de alfabetização.

Ainda na década de 80, surge no cenário educacional o livro “Adultos não Alfabetizados: o avesso do avesso (Editora Pontes, 1988) de autoria de Leda Verdiani Tfouni, em que a referida autora, na introdução do livro, apresenta a distinção entre alfabetização e letramento. Na década seguinte, Angela Kleiman publica Os significados do Letramento pela editora Mercado das Letras em 1995. No ano de 1998, Magda Soares publica, pela editora Autêntica, o livro intitulado Letramento: um tema em três gêneros. Essas autoras lançam suas obras, as quais corroboram mais ainda para discussões e reflexões teóricas e metodológicas acerca do fenômeno letramento. Desde então, a palavra “letramento” torna-se cada vez mais frequente no discurso escrito e falado de especialistas.

Letramento também pode ser compreendido como um fenômeno mais amplo e que ultrapassa os domínios da escola (KLEIMAN, 2008, p. 18). A referida autora explica que “[...] podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Essa definição de letramento enfatiza os aspectos social e utilitário do letramento. Sobre isso, Rojo (2009) esclarece que um dos objetivos principais da escola é possibilitar que os alunos participem das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita (letramentos) de maneira ética, crítica e democrática.

Pode-se dizer, considerando os autores explorados neste texto, que letramento é o produto da aprendizagem dos usos da escrita e da leitura e não está necessariamente atrelado à alfabetização.

No processo de letramento, a escola emerge como uma agência que promove o letramento escolar, o qual se diferencia do letramento social.

Com relação à formação docente, nas últimas décadas do século XX, um conjunto de movimentos sociais se mobilizou em prol de uma educação voltada para a transformação social. Atendendo aos anseios da sociedade civil, o texto constitucional de 1988 assegurou a educação como um direito social, como um direito de todos e como um dever do Estado e da família (BRASIL, 2010). Aliado a isso, também se discutia sobre a necessidade da formação do professor em múltiplas dimensões pessoal, histórica, política e social.

A Lei n. 9.394, de 20 de setembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), entre outros aspectos, dispôs de forma específica sobre a formação dos profissionais da educação. Nesse sentido, vale verificar a antiga orientação:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Constata-se que a LDB adotou os termos formação de profissionais da educação e formação de docentes, ressaltando também que cabe aos sistemas de ensino promoverem aperfeiçoamento profissional continuado, como também estabeleceu a associação entre teorias e práticas, mediante a formação contínua, e o aproveitamento anterior como fundamentos da formação dos profissionais da educação. Em 2002, O Conselho Nacional de Educação, CNE, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Na redação, percebe-se também a articulação entre os termos formação e profissional ou ainda exercício profissional, como, por exemplo, o artigo 9º:

A autorização de funcionamento e o reconhecimento de cursos de formação e o credenciamento da instituição decorrerão de avaliação externa realizada no locus institucional, por corpo de especialistas direta ou indiretamente ligados à formação ou ao exercício profissional de professores para a educação básica, tomando como referência as competências profissionais de que trata esta Resolução e as normas aplicáveis à matéria (CNE, 2002).

É publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 30 de janeiro de 2009, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Voltada para essa modalidade da educação, destaca-se no documento a importância do docente no processo educativo da escola e de sua valorização profissional, assim como a formação continuada, entendida como componente essencial da profissionalização docente (BRASIL, 2009). Assim, os termos formação e profissionalização em alguns momentos são sinônimos, em outros são complementares. No mesmo ano, a Lei n. 12.014, de 6 de agosto, alterou o artigo 61 da LDB, com a finalidade de distinguir as categorias destes trabalhadores que devem ser considerados profissionais da educação, passando a vigorar com a seguinte redação:

[...] Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela I - professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II - trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, 2009).

Entre os princípios nacionais da educação, está a valorização do profissional da educação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, no parágrafo primeiro do artigo 57 da Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010 e Parecer nº 7/2010:

Art. 57. Entre os princípios definidos para a educação nacional está a valorização do profissional da educação, com a compreensão de que valorizá-lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental. § 1º A valorização do profissional da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de qualidade e ambas se associam à exigência de programas de formação inicial e continuada de docentes e não docentes, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos, em que se inscrevem as funções do professor. (CNE/CEB, 2010).

Em vista do exposto, o Documento de Área (BRASIL, 2013) também afirma ser relevante a constituição de um sistema de formação continuada de professores da educação básica e da educação superior, que qualifique continuamente os profissionais do magistério para atuar numa sociedade de informação e conhecimento em vertiginosa transformação e crescimento.

Considerando-se que a formação continuada é relevante para desencadear uma articulação direta entre a pesquisa (academia) e o ensino (escola), o documento enfatiza a necessidade de transposição didática do saber científico para o saber escolar (CAPES, 2013, p. 24). Nesse sentido, entende-se que o desenvolvimento de projetos de pesquisas que viabilizem espaços de estudos entre

docentes e discentes tanto na academia como na escola é fundamental para o processo de letramento e formação crítico-reflexivo dos professores envolvidos.

É neste ponto que o termo “letramento docente” começa a ser entendido. Por muito tempo, a figura do professor esteve, e para algumas pessoas ainda está, associada a alguém que detinha ou detém todo o conhecimento teórico em suas mãos. A missão do professor consistia em transmitir o saber aos alunos, sem levar em consideração os saberes que os alunos poderiam transmitir aos professores, os saberes que poderiam ser construídos através da interação entre docente e discente e todos os aspectos que compõem o complexo sistema de ensino-aprendizagem.

Letramento docente é a compreensão que os professores estão em constante processo de aprendizagem e que ter um diploma de formação superior não assegura aos docentes o domínio de conhecimento pleno e inalterado. A partir dessa compreensão, o professor passa a ser gradativamente percebido como um dos elementos centrais no processo de ensino-aprendizagem, entretanto, deixa de ser visto como um detentor de saberes absolutos. Sendo assim, a discussão ganha um novo rumo e, aliada a essas mudanças de percepção acerca do trabalho do professor, surgem várias questões sobre formação docente.

A formação docente tem se concretizado cada vez mais como um momento singular para a reflexão. De um lado, temos discussões sobre as bases da formação inicial; já por outro, temos propostas que levam em consideração a formação continuada. Segundo Kleiman (2005, p. 204), “a formação de professores envolve transformações identitárias decorrentes do processo de socialização profissional, que é realizado discursivamente, nos cursos universitários”. Assim, entende-se, então, que toda e qualquer formação profissional, não só a formação do professor, sempre envolve construções identitárias. Mertz (1992) enfatiza que, durante as interações de sala de aula por ele analisadas, há em operação um reenquadramento, que ensina certa abordagem a textos e à língua enquanto se tenta reformular identidades e maneiras de pensar. Os usos de determinadas formas linguísticas e a maneira de fazer com que os alunos tomem posições nos diálogos são estratégias dos professores para desenvolver novas formas de falar e de ser um advogado, ou seja, maneiras de construir discursivamente uma identidade profissional. Ou seja, as contribuições e ensinamentos recebidos nos cursos universitários são importantes e formam a base da formação docente, que na prática é um processo de letramento. Uma vez concluído o curso universitário, o docente entra em contato com a prática profissional, a realidade escolar e a sala de aula. Dentro dessa nova realidade, o processo de ensino-aprendizagem avança através das experiências vividas com os alunos, os demais profissionais da educação e a autorreflexão.

As práticas de letramento docente são as mais variadas. Cabe ao docente, interessado e consciente que precisa continuar aprendendo, apropriar-se de meios para sua formação. Pode ser considerado um letramento docente os cursos de pós-graduação que expandem alguns conhecimentos que foram apenas pincelados na graduação. Mas, além de cursos formais, o letramento docente está presente na prática diária, no dia a dia em sala de aula e dentro do contexto escolar e educacional.

Desse modo, o processo de construção de identidades profissionais docentes se dá na interação entre formador, professor em formação inicial e/ou professor em formação continuada. No caso do processo de (re)construção da identidade profissional docente, defendemos que este ocorre na interação entre o professor e as pessoas com as quais se relaciona, em diversos contextos e em diferentes momentos/épocas de sua vida.

Contexto da pesquisa

Este trabalho trata do estado do conhecimento sobre aspectos do letramento docente no Brasil. Assim, apresentamos e discutimos os seus resultados através do levantamento de dados que se deu por meio de todas as publicações disponíveis no portal de periódicos da CAPES, sem restrição de tipo e data de publicação, conforme mencionado anteriormente. Objetivou-se, mais especificamente, mapear os estudos realizados a partir do letramento docente, averiguando elementos pertinentes, como referenciais teóricos, metodologias, reflexões ou resultados, destacando, ainda, possíveis lacunas.

Utilizamos a pesquisa tipo estado do conhecimento, tendo em vista que podemos ter uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver. Através dele, podemos entrar em contato com os movimentos atuais acerca do objeto de investigação, a fim de termos uma noção abrangente do nível de interesse acadêmico e direcionando para itens a serem explorados. Nesse sentido, a construção do estado de conhecimento fornece um mapeamento das ideias já existentes, dando-nos segurança sobre fontes de estudo, apontando subtemas passíveis de maior exploração ou, até mesmo, fazendo-nos compreender silêncios significativos a respeito do tema de estudo (MOROSINI, 2015).

Diante disso, explanamos o modo como realizamos esta pesquisa e, em seguida, apresentamos os seus resultados, reflexões e discussões. De início, começamos pelos recortes espacial e temporal.

Construção do *corpus*

Na primeira etapa deste estudo, realizamos uma pesquisa nas bases de produções de teses e periódicos da Capes, com o intuito de ter um acesso amplo e rápido às publicações. Utilizamos como descritor o termo letramento docente, sem restringir o tipo, a data e o idioma da publicação. Assim, obtivemos como resultado 2 artigos publicados em revistas brasileiras, um em 2010 e outro em 2012. Ao analisar os artigos, ambos disponíveis em formato PDF, percebemos que abordavam, de alguma forma, o tema letramento docente no Brasil. Após realizar a pesquisa nos site de Periódicos da CAPES, apresentamos o resultado no quadro a seguir.

Quadro 1 - Produção sobre Letramento docente no banco de teses e periódicos da CAPES (sem restrição de data, idioma e tipo de publicação).

ANO	TÍTULO DO ARTIGO	REGIÃO	AUTOR(ES)
2010	Novas diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores e algumas novas ficções na leitura da escola	PR	ROSSO, A. J.; BRANDT, C. F.; CERRI, L. F.; CAMPOS, S. X.; FREIRE, L. I. F.; TOZETTO, A. S.
2012	Práticas de letramento docente no estágio supervisionado de letras estrangeiras	PB	REICHMANN, C. L.

Fonte: Elaboração própria

Ao analisarmos os resultados da pesquisa, expostos no Quadro 1, foi possível visualizar algumas discussões acerca dessa produção acadêmica, tendo por base, sobretudo, o número de trabalhos: 2 artigos publicados em periódicos, que evidencia uma baixa produção a respeito do tema letramento docente no Brasil. Vale ressaltar que os textos referidos foram publicados nos últimos 6 anos, o que sugere que o interesse sobre o tema letramento docente no Brasil surgiu bem recentemente dentre os pesquisadores.

Dado o baixo número de publicações, sobretudo pelo fato da nossa busca não ter restrição quanto ao tipo (artigo, tese, dissertação, resenha etc.), nossa análise estaria restrita a uma única constatação: a do estado incipientemente embrionário das pesquisas em letramento docente, enquanto reconhecida por este termo, no contexto brasileiro. Obviamente este objeto de estudo, mesmo que desvinculado do nosso termo de busca, vem sendo pesquisado há bastante tempo dentro dos estudos sobre letramento em pesquisas na área de Educação, Linguística Aplicada, entre outros, como aponta Kleiman (1995).

Uma busca no portal de periódicos da Capes utilizando o termo “teacher literacy” (letramento docente, em inglês) mostrou 316 resultados de publicações variadas que datam de 1983 a 2016: um intervalo de 33 anos. Isso nos diz que, mesmo considerando algumas repetições nos resultados, há uma grande disparidade no quantitativo de publicações sobre o tema nos dois idiomas, o que não está totalmente justificado pelo interesse nos estudos sobre letramento no Brasil desde a década de 1980 (SOARES, 2000).

O portal de periódicos Capes é uma das maiores bases de publicações científicas no Brasil, que, inclusive, indexa várias outras bases. Por isso é uma fonte frequente de buscas para embasar pesquisas das mais variadas, sobretudo os levantamentos do tipo estado do conhecimento. Mas uma busca no Google Acadêmico (scholar.google.com.br), uma ferramenta online do Google Inc. que abriga somente textos acadêmicos e científicos, nos mostra uma realidade um pouco diferente. A busca pelo termo exato “letramento docente” gerou 90 resultados. Destes, 12 eram referências a outros textos e 78 eram textos com livre acesso aos arquivos em formato PDF. Considerando que 10 links levam a repetições de textos, restam 68 publicações, incluindo os 2 artigos encontrados na busca do portal de periódicos da Capes (Quadro 1), que contém o termo “letramento docente”.

São artigos publicados em periódicos (25), teses (8), dissertações (12), publicações em anais de congressos (17) e outras publicações (6), que envolvem monografias, TCC, resenhas e editoriais publicados em periódicos, além de capítulos de livros cujas datas das publicações variam entre 2006 e 2016: um intervalo de 10 anos - diferente da busca no portal de periódicos da Capes, mas ainda bem abaixo dos resultados gerados pela busca com o termo correspondente em inglês.

É interessante destacar que os dois artigos encontrados com a busca no portal de periódicos da Capes (Quadro 1) também fazem parte dos resultados gerados com a busca no Google Acadêmico e que seus autores aparecem diversas vezes em outros trabalhos que também contém o termo “letramento docente”. Isso, somado ao grande percentual de teses e dissertações (33 resultados ou 48%) que aparecem apenas nos resultados do Google Acadêmico, sugere que o portal de periódicos da Capes pode ter deixado de fora importantes trabalhos que tratam do letramento docente enquanto identificado por este termo.

O resultado demonstrado no Quadro 1 não nos permite avaliar ou mapear as pesquisas sobre letramento docente no que se refere às metodologias adotadas, teorias e referenciais utilizados e resultados apresentados, dada a insignificância numérica. Caso o portal de periódicos da Capes tivesse indexado total ou parcialmente os resultados apresentados no Google Acadêmico, por

exemplo, seria possível traçar um perfil das pesquisas sobre letramento docente no Brasil, bem como apontar as principais lacunas apresentadas nos resultados dos trabalhos.

Considerações finais

Tivemos como propósito desenvolver um estado do conhecimento sobre o tema letramento docente no Brasil, a julgar pela importância da temática para a educação como um todo. Em vista disso, tivemos como base a produção acadêmica sobre esse assunto no portal de periódicos da Capes, acreditando ser uma fonte confiável para pesquisas e consultas que oferece acesso aos textos completos de artigos e dissertações. Além disso, é possível encontrar artigos selecionados de revistas nacionais e internacionais. Assim, percebe-se ser um meio de pesquisa sério e importante, dando-nos a confiança quanto à qualidade dos dados analisados. No entanto, ao longo da pesquisa, pode-se perceber que pode não ser uma fonte abrangente, o que pode levar a dados importantes ficarem de fora.

Constatamos, com esta pesquisa no portal de periódicos da Capes, em âmbito nacional, um número muito reduzido de publicações que abordam o tema letramento docente, apesar de se tratar de um assunto de suma importância para o desenvolvimento da educação do país. Levando em consideração o fato de novas exigências serem feitas aos professores, com as políticas públicas focalizando-se sobre suas competências, seu saber prático, saber-fazer e saber-ser, assim, dever-se-ia ter, conseqüentemente, mais produções escritas, tornando ainda mais crucial que a pesquisa se debruce sobre os textos/discursos dos professores. Além disso, os estudos sobre os letramentos já vem sendo realizados desde a década de 80, mesma época que datam as primeiras publicações sobre letramento docente (teacher literacy) em inglês, e não fizemos qualquer recorte temporal ou restrição quanto ao tipo de publicação.

Diante do exposto, destaca-se a impassibilidade de pesquisadores em todo Brasil, com relação ao letramento docente, mesmo este sendo um tema de relevância para o ensino-aprendizagem de línguas. Respostas para justificar os motivos disso não são fáceis de obter, tendo em vista diversos fatores (subjetivos, sociais e políticos, por exemplo) que envolvem este assunto no cenário educacional brasileiro. Desse modo, vê-se necessário um maior esforço para tornar os estudos que tratem do letramento docente mais frequentes e que esses estudos não estejam restritos às áreas de Educação e Linguística, mas que também os pesquisadores da área de Ensino possam ter o letramento docente como objeto de estudo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. I Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Portal MEC**. Brasília: MEC/CNE/CB, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=536Itemid=>. Acesso em: 25 jun. 2016.

CAPES (BR). Diretoria de Avaliação. **Documento de área 2013**. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ensinodoc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf> Acesso em: 25 de jun. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Resolução CNE/CP 01/2002. **Diário Oficial da União**. Brasília, 4 mar. 2002. Seção 1, p. 8. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP012002.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed - São Paulo: Atlas, 2002.

KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

_____. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** Cefiel/Unicamp & MEC, 2005. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/cefiel/alfaletras/biblioteca_professor/arquivos/5710.pdf> Acesso em: 26/10/09.

_____. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

MERTZ, E. Linguistic ideology and práxis in U.S. law school classrooms. **Pragmatics**, v.2, n. 3, p. 325334, set. 1992.

MOROSINI, M. C. **Estado de conhecimento**: sua contribuição à ruptura de pré-conceitos. Revista de Educação da UFSM, Santa Maria: Centro de Educação, v. 40, 2015.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. 125 p.

_____. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2ª ed. 2ª impr. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Cortez, 1995.